

Article

Gestão Ambiental e a Educação Ambiental: O Papel do Conselho Consultivo em uma Unidade de Conservação Estadual

Kássia Aparecida De Oliveira Pereira¹, Marcos Vinicius Campelo Junior², Maria Helena Da Silva Andrade³, Rogério Rodrigues Faria⁴

¹ Mestre em Ensino de Ciências. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ORCID: 0000-0001-8351-010X. Email: kassiapereira19871@gmail.com

² Doutor em Ensino de Ciências. Professor na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. ORCID: 0000-0001-6501-644X. Email: campelogeografia@gmail.com

³ Doutora em Ecologia. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ORCID: 0000-0001-7252-4020. Email: helenandrade@ufms.br

⁴ Doutor em Ecologia. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. ORCID: 0000-0003-0944-2190. Email: rodrigues.faria@ufms.br

RESUMO

A Gestão Ambiental, o Plano de Manejo e a Educação Ambiental desempenham papéis necessários para a existência e permanência das Unidades de Conservação (UCs), que são criadas para minorar as problemáticas ambientais. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental (EA) demonstra que quanto mais a coletividade estiver inteirada da problemática ambiental, melhor será a atuação individual e coletiva frente as discussões e discursos que se apresentam nas dinâmicas sociais e políticas. Desempenhando um papel importante no processo de busca por soluções viáveis e necessárias, o conselho consultivo vem para somar forças frente aos desafios socioambientais existentes, sendo uma das formas de se exercer a gestão ambiental participativa nas UCs. Tem por objetivo discutir as estratégias de Gestão Ambiental voltadas para os processos educativos no âmbito do Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS). Por meio da categorização dos temas abordados nas reuniões do conselho consultivo e da triangulação desses dados, foi feita a análise das atas de reuniões ocorridas no PEMS, almejando compreender as estratégias adotadas pela Gestão Ambiental para a disseminação da Educação Ambiental na UC. A presente pesquisa evidenciou a dinâmica e atuação do conselho consultivo do PEMS, além de elucidar que mesmo diante dos desafios enfrentados pela UC, o parque tem grande potencial para se consolidar como um espaço educador sustentável, auxiliando deste modo, na formação de cidadãos engajados na proteção e conservação do meio ambiente.

Palavras-chave: gestão participativa; áreas protegidas; educação não-formal; Mato Grosso do Sul; parque estadual.

ABSTRACT

Environmental Management, the Management Plan, and Environmental Education play essential roles in the existence and permanence of Conservation Units (CUs), which are created to address environmental problems. From this perspective, Environmental Education (EE) shows that the more aware the community is of environmental issues, the better both individual and collective actions will be in response to the discussions and discourses that arise in social and political dynamics. Our objective is to discuss Environmental Management strategies aimed at educational processes within the Parque Estadual Matas do Segredo (Matas do Segredo State Park, PEMS). We analyzed the minutes of meetings related to the PEMS Advisory Council in order to understand the strategies adopted by its Environmental Management for the dissemination of Environmental Education at the UC. The research showed that, despite the challenges faced by the UC, the park has significant potential to establish itself as a sustainable educational space, thus helping to form citizens engaged in the protection and conservation of the environment.

Keywords: participative management; protected areas; non-formal education; Mato Grosso do Sul; state park.



Submissão: 01/05/2025



Aceite: 23/02/2026



Publicação: 18/03/2026





Introdução

As Unidades de Conservação (UCs) têm como função primária proteger ecossistemas, espécies biológicas e recursos naturais para as presentes e futuras gerações. As primeiras UCs, inspiradas no modelo americano de parques, visavam principalmente a preservação da beleza cênica de áreas intocadas (Ribeiro 2005; Witt et al. 2013). O Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, criado em 1872, é considerado um marco nesse processo (Palma 2004; Andrade & Lima 2016).

No Brasil, a primeira UC foi o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937 (Ribeiro, 2005; Palma, 2004; Simão, 2014). Inicialmente, a criação de UCs no país era marcada pela falta de critérios técnicos e científicos, muitas vezes motivada por interesses políticos ou pela beleza cênica, sem considerar a presença de comunidades tradicionais e a vulnerabilidade de espécies em risco de extinção. (Andrade & Lima 2016).

A visão sobre as UCs evoluiu com o decorrer do tempo. A partir da década de 1970, a preocupação com a conservação da biodiversidade e a necessidade de integrar as comunidades locais à gestão das UCs ganharam destaque (Ribeiro 2005; Simão 2014; Faria & Pires 2013; Maganhotto et al. 2014). A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) teve um papel fundamental nesse processo, influenciando na definição das categorias de manejo das UCs do Brasil (Pereira et al. 2022; Santana et al. 2020).

No Brasil, a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), representou um marco na gestão das UCs. O SNUC divide as UCs em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, cada um com categorias específicas e objetivos de manejo distintos (Campelo Junior et al. 2020; Campelo Junior 2021; Andrade & Lima 2016; Ribeiro 2005).

Nos espaços urbanos, as UCs exercem um papel essencial na conservação da biodiversidade, servindo como refúgios para a fauna e flora em meio ao concreto das cidades, protegendo amostras representativas de ecossistemas, como o Cerrado, abrigando espécies que, de outra forma, teriam dificuldades de sobreviver na cidade. Atuam como ilhas verdes, servindo de habitat para diversas espécies, incluindo algumas ameaçadas de extinção. As UCs urbanas também colaboram para a qualidade de vida da população ao proteger nascentes e recursos hídricos, regular o clima e proporcionar áreas verdes para recreação.

As UCs urbanas defrontam-se com desafios como a pressão da expansão urbana, a fragmentação de habitats, a falta de conectividade com outras áreas verdes, corpo técnico normalmente insuficiente, inexistência de planos de manejo mesmo sendo este obrigatório (Marques & Nucci 2007). Deste modo, a gestão eficiente das UCs urbanas, com planos de manejo adequados e a participação da comunidade interna e do entorno, é indispensável para garantir a conservação dessas áreas a longo prazo.

Para a construção de cidades mais sustentáveis e resilientes, que valorizam a biodiversidade e proporcionam uma melhor qualidade de vida para os seres vivos, é necessário a atuação da sociedade na gestão ambiental desses espaços. Para além dos diferentes tipos e usos das UCs, temos com a ampliação do processo de urbanização, a existência de UCs urbanas, que da mesma forma requerem o fortalecimento da participação social e busca soluções inovadoras para os desafios da conservação da natureza.

A implementação do SNUC trouxe avanços na gestão participativa das UCs, com a criação de Conselhos Consultivos, (Santana et al. 2020; Faria & Pires 2013; Bresolin et al. 2010; Loureiro & Cunha 2008; Ribeiro 2005). No entanto, a efetividade desses Conselhos ainda enfrenta desafios, como a falta de capacitação dos conselheiros, conflitos de interesse (particularmente, os relacionados ao setor imobiliário) e a dificuldade em conciliar a conservação da natureza com as necessidades das comunidades locais (Ribeiro 2005; Bresolin et al. 2010; Faria & Pires 2013). Segundo Campelo Junior (2021), as UCs possuem grande potencial para se tornar espaços educadores sustentáveis e, para isso, é fundamental que a gestão das UCs seja democrática e participativa, garantindo a atuação da comunidade na tomada de decisões (Witt et al. 2013).



As UCs são espaços territoriais legalmente protegidos, de grande importância para a conservação da biodiversidade e para a promoção da Educação Ambiental (Faria & Pires 2013). Contudo, a Educação Ambiental (EA), por sua vez, é um campo amplo e diversificado, com diferentes correntes de pensamento que orientam suas práticas (Rodrigues et al. 2018). Portanto, a articulação entre EA em UCs exige um embasamento teórico sólido que fundamente as práticas educativas e garanta sua efetividade na promoção da conservação e da sustentabilidade.

Resumidamente, as diversas correntes teórico-metodológicas em EA podem ser subdivididas ou agregadas de acordo com o nível de análise. Assim sendo, a EA Conservacionista tem como foco a sensibilização para a natureza, buscando promover a compreensão e o apreço pela biodiversidade (Layrargues e Lima 2014). Em contraste, a EA Crítica examina as raízes socioeconômicas e políticas dos problemas ambientais, com o objetivo de impulsionar a transformação social e a justiça ambiental, conforme destaca Valenti et al. (2012) e Quintas (2008). A EA Emancipatória, por sua vez, enfatiza a participação ativa da sociedade e o empoderamento das comunidades na gestão ambiental, visando à autonomia e à construção de sociedades sustentáveis, como salientado por Rodrigues et al. (2018) e Loureiro e Cunha (2008). Além dessas abordagens, considera-se, também, a EA Transversal, que visa integrar a temática ambiental em todas as áreas do conhecimento e setores da sociedade, segundo Rodrigues et al. (2018).

A educação no processo de gestão ambiental conecta a EA à gestão participativa das UCs, incentivando o controle social e a tomada de decisões conjunta entre gestores e comunidade, como observado por Witt et al. (2013) e Valenti et al. (2012). Logo, a abordagem de EA a ser disseminada nas UCs dependerá de diversos fatores, como as características do local, os objetivos da gestão, o público-alvo e o contexto socioambiental. No entanto, é importante que a abordagem praticada seja coerente com os princípios da conservação da biodiversidade, da sustentabilidade socioambiental e da justiça ambiental. Destacamos que a formação dos educadores ambientais, gestores e demais atores que atuam nas UCs é crucial para a qualidade das práticas educativas (Campelo Junior et al. 2020). Esses profissionais devem ter uma sólida formação teórica das diferentes correntes da EA, além de conhecimentos específicos sobre a área em que atuam.

A Educação Ambiental Crítica (EAC) é uma ferramenta relevante para fortalecimento da gestão participativa nas UCs (Loureiro et al. 2013; Loureiro & Cunha 2008), pois sensibiliza os diferentes atores sociais sobre a importância da conservação da natureza, estimulando o diálogo e a construção de soluções conjuntas para os desafios da gestão ambiental (Loureiro et al. 2013; Bresolin et al. 2010). Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar e discutir as estratégias de gestão ambiental voltadas aos processos educativos em uma UC do estado de Mato Grosso do Sul, o Parque Estadual Matas do Segredo.

Metodologia

Área de Estudo

Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, existem duas UCs estaduais: uma é o Parque Estadual do Prosa (PEP), criado pelo Decreto Estadual nº 10.783/2002 e que abrange diferentes fitofisionomias do Cerrado e abriga nascentes do Córrego Prosa. A outra, trata-se do Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS).

A história do PEMS vincula-se com a chegada dos imigrantes japoneses ao Brasil e o crescente processo de urbanização da cidade. A área onde hoje se encontra o Parque foi adquirida em 1917 por japoneses vindos da província de Okinawa (Palma 2004). Inicialmente chamada de Chácara Santa Inês, a área passou por diversas fusões de pequenas chácaras até a configuração atual do Parque (IMASUL 2021).

A denominação "Matas do Segredo" surgiu da forma como os moradores se referiam à mata, sendo popularmente conhecida como "Mata do Segredo II" devido à proximidade com uma área de reserva do

Exército Brasileiro, denominada "Matas do Segredo I", onde também se localizam nascentes do Córrego Segredo (IMASUL 2021).

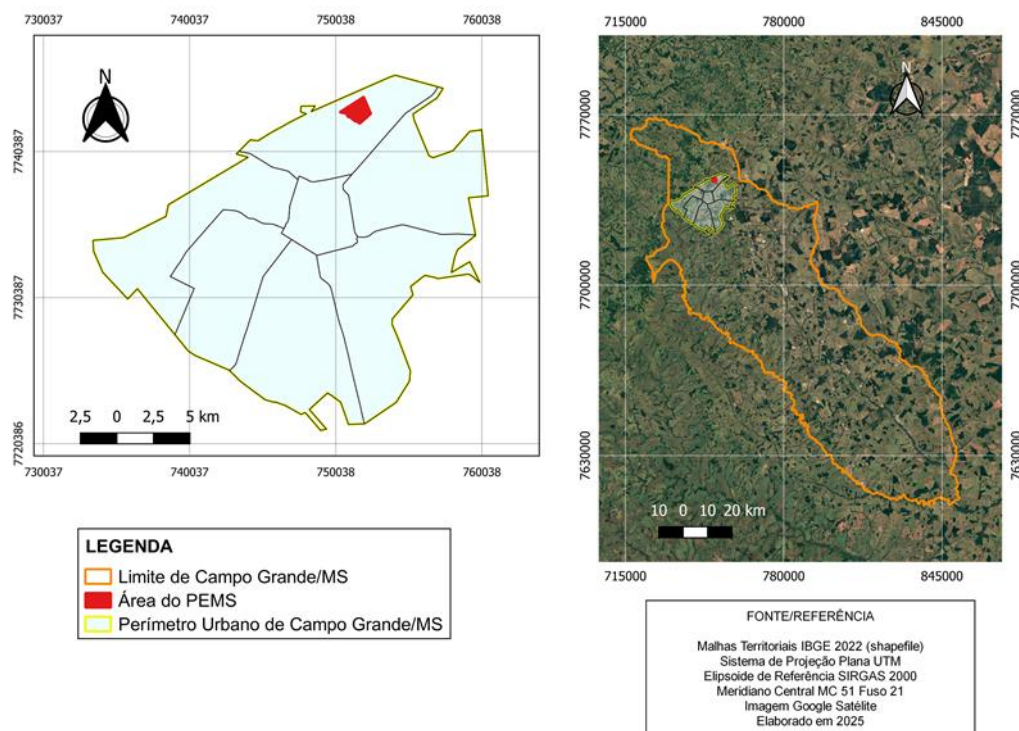


Figura 1 – Limite do Parque Estadual Matas do Segredo. Fonte: elaborado pelos autores (2025).

O PEMS foi oficialmente criado em 05 de junho de 2000, pelo Decreto Estadual nº 9.935, visando a proteção dos remanescentes de Cerrado e as nascentes do Córrego Segredo. O Parque abrange uma área de 177,58 hectares, representando um importante refúgio natural em meio à expansão urbana de Campo Grande (Melo et al. 2016).

Coleta e Análise dos Dados

Os procedimentos metodológicos envolvidos na construção desta pesquisa, tendo como contexto a investigação sobre qual o papel e atuação da gestão ambiental participativa, no processo de disseminação da Educação Ambiental na UC, o Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS), foram pautados na abordagem qualitativa. Conforme Chizzotti (2006), a pesquisa qualitativa atende a diversas correntes de pesquisas. Para tal faz-se necessário a delimitação e formulação do problema, de modo que o problema de pesquisa vem de um processo indutivo, que se define e delimita na exploração dos contextos ecológico e social, de onde se faz a pesquisa, bem como da contínua observação e análise do objeto desta pesquisa.

Para a construção deste artigo utilizou-se como material as atas das reuniões do Conselho Consultivo do PEMS, referentes ao triênio 2019-2021 (neste triênio ocorreu apenas uma reunião ordinária do Conselho Consultivo) e o triênio 2021-2023 (foram realizadas cinco reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária do Conselho Consultivo do PEMS). A impossibilidade de analisar as atas referente ao biênio 2024-2025, deu-se pela ausência de reuniões do Conselho Consultivo no ano de 2024, pois a Portaria de Renovação do Conselho Consultivo, referente a este biênio não foi publicada até a data de finalização desta pesquisa. Salienta-se que o Conselho Consultivo é uma das formas de se exercer a gestão ambiental.

O acesso às atas do conselho foi concedido via solicitação para pesquisa científica, devidamente protocolada pelos autores no Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL). As atas são



documentos que registram as discussões, decisões e ações do conselho, fornecendo um panorama da gestão da UC. A atualização recente do Plano de Manejo do PEMS (IMASUL 2021), foi utilizada para a triangulação das informações que se analisa nas atas de reuniões do Conselho Consultivo do PEMS. Deste modo, análise do plano de manejo em conjunto com análise das atas, possibilitou elucidar as ações e deliberações do Conselho Consultivo, que em consonância com as diretrizes do Plano de Manejo do PEMS e com a legislação vigente, em relação a disseminação da EA.

O Plano de Manejo da UC é um instrumento fundamental para a gestão eficaz e sustentável das UCs, como o Parque Estadual Matas do Segredo. Servindo como um guia abrangente que define os objetivos de conservação da área, analisando suas características físicas e biológicas, identificando ameaças existentes, propondo estratégias de manejo, estipulando o zoneamento da UC e estabelecendo programas de ação para garantir a proteção e o uso adequado dos recursos naturais ali existentes. Em vista disto, a importância do Plano de Manejo reside na sua capacidade de integrar diferentes aspectos da gestão da UC, promovendo a conservação da biodiversidade, o uso público responsável, a pesquisa científica e a integração com a comunidade local. Através de um processo participativo, o Plano de Manejo busca conciliar os interesses da sociedade com a necessidade de proteger o patrimônio natural, garantindo a sustentabilidade da UC a longo prazo.

Pautada em Bardin (2016) a análise de conteúdo foi dividida em etapas, conforme elencado abaixo:

- **Pré-Análise:** fase de organização, leitura flutuante do material, formulação de hipóteses e objetivos da pesquisa, definição das unidades de análise (palavras, temas, frases) e elaboração de um plano de análise.
- **Exploração do Material:** fase de codificação, classificação e categorização dos dados, utilizando as unidades de análise definidas na pré-análise.
- **Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação:** fase de análise dos dados codificados, elaboração de quadros e tabelas para a interpretação dos resultados à luz da teoria e discussão das conclusões da pesquisa.

Analizamos as atas seguindo os princípios elencados no quadro 01, tendo em vista, que a qualidade da análise depende da qualidade das atas, pois atas incompletas ou mal redigidas podem comprometer a análise das mesmas, fato este evidenciado por Esquinsani (2007):

“Como conclusão, aponto alguns entraves à pesquisa com atas enquanto registro da história da educação, tomando por base o estudo de caso em relevo: primeiro, a aparente falta de organização no registro destes documentos nas quatro administrações analisadas: datas trocadas; números de atas repetidas e/ ou descontínuas; diversas atas repetidas (passadas a limpo); erros crassos de língua portuguesa; informações que faltam (como determinadas datas no corpo do texto e outras lacunas que parecem ter sido ali deixadas para serem preenchidas depois); inúmeros adendos “em tempo” logo após a conclusão de uma reunião e a assinatura dos participantes; atas rasuradas; apontamentos a lápis feitos no interior dos registros, além de outras questões formais que dificultam a validação e a fidedignidade de algumas informações ali contidas.”

Evidenciado, também no trecho abaixo, que corrobora com os desafios que se encontram na análise de atas que não possuem padronização: “A falta de definição de uma estrutura ou a metodologia de composição



da ata e de discussão sobre como ela deve ser redigida pode ter reduzido as possibilidades e o escopo da análise documental do processo de participação social do CG” (Dilascio et al. 2022).

Quadro 1 - Aplicação da Análise de Conteúdo às Atas do PEMS.

Categorização dos Temas Abordados	Classificação dos temas abordados nas atas em categorias, como: conservação da biodiversidade, uso público, pesquisa científica, educação ambiental, relacionamento com a comunidade, gestão de recursos, entre outros. Essa categorização facilitará a análise da ênfase dada a cada aspecto da gestão ambiental.
Frequência de Temas e Palavras-chave:	Analisar a frequência com que temas e palavras-chave relacionadas à gestão ambiental e educação ambiental aparecem nas atas ao longo do tempo, permitirá identificação de tendências e mudanças na abordagem da gestão ambiental pelo conselho.
Identificação dos Atores Envolvidos	Analisar a participação dos diferentes atores (representantes da comunidade, órgãos governamentais, ONGs, entre outros) nas discussões sobre gestão ambiental e educação ambiental, servirá para a verificarmos a representação dos diferentes interesses ocorre de modo equilibrado e se há espaço para a participação efetiva de todos os atores.
Análise das Decisões e Ações	Identificar as decisões tomadas pelo conselho em relação à gestão ambiental e analisar a efetividade da implementação dessas decisões. Assim poderemos verificar se as ações do conselho estão alinhadas com os objetivos do Plano de Manejo e com a legislação ambiental vigente.

Fonte: Organizado pelos autores, 2024.

A análise de conteúdo foi complementada pela triangulação das informações obtidas no Plano de Manejo do PEMS (IMASUL 2021), legislação e artigos (c.f. Yin 2001).



Resultado e Discussão

O panorama inicial da gestão do PEMS foi levantado com a análise da ata do primeiro biênio, tendo sido a única ata documentada, pertencente ao triênio 2019-2021 e também é referente a gestão anterior, que se encerrou no final de 2019. Embora na gestão anterior as reuniões do conselho tenham sido acordadas para acontecerem bimestralmente, não foi descrito em ata o fato de se ter o registro de apenas uma reunião no triênio 2019-2021. Temos, porém, que refletir que neste período de 2020-2021 vivenciamos a pandemia do Covid-19, que impossibilitou a aglomeração de pessoas, para evitar a disseminação do vírus. Deste modo, não foi evidenciado nas atas a utilização de outros meios de comunicação a distância para as reuniões do conselho.

Na atual gestão as reuniões passaram a ocorrer trimestralmente e durante o triênio 2021-2023 ocorreram seis reuniões. Tendo a última reunião do conselho acontecido no final do ano de 2023. Nesta última reunião foi informado aos presentes que já havia sido feito o pedido para a renovação do Conselho Consultivo para o biênio 2024-2025. Mas, infelizmente no ano de 2024 não houve reunião do Conselho Consultivo, pois segundo o gestor do PEMS e de pesquisa feita no site do IMASUL, não foi publicada a Portaria de Renovação do Conselho Consultivo do PEMS.

Tabela 1: Atas das Reuniões do Conselho Consultivo do PEMS

Tipo de Reunião	Nº da Reunião	Data da Reunião
Ordinária	1ª	18/09/2019
Ordinária	1ª	30/03/2022
Ordinária	2ª	29/09/2022
Ordinária	3ª	09/03/2023
Extraordinária	1ª	01/04/2023
Ordinária	4ª	09/08/2023
Ordinária	5ª	08/12/2023

Fonte: Atas triênio 2019-2021; e 2021-2023.

As atas do Conselho Consultivo do PEMS revelaram uma rica variedade de temas relacionados à gestão da Unidade de Conservação. Neste ponto, cabe definir que a atuação do Conselho Consultivo tem claramente um potencial efetivo, uma vez que a gestão de uma unidade de conservação por si só é desafiadora, por envolver conflitos de usos e interesses entre múltiplos atores e uma grande variedade de marcos regulatórios (Silva & Anunciação 2023).

A análise da frequência dos temas abordados nas atas revelou uma ênfase marcante na gestão ambiental, com destaque para a “zona de amortecimento”, “loteamentos” e “problemas referentes a drenagem”. Essas palavras-chave aparecem com grande recorrência, especialmente nas atas de 2023, demonstrando a centralidade dessas questões para o Conselho Consultivo. No que concerne a EA, sua ocorrência é significativamente menor quando comparada com a gestão ambiental, sem evidenciar um planejamento estratégico ou ações sistemáticas para que sua disseminação ocorra de modo promissor e efetivo no PEMS.

Logo, para facilitar a análise dos temas presentes nas atas, agrupamos os dois triênios, de acordo com as categorias descritas no Quadro 02, segundo Bardin (2016).



Quadro 2 - Sistematização: atas das Reuniões do Conselho Consultivo, triênios 2019-2021 e 2021-2023.

CATEGORIAS	UNIDADES DE CONTEXTO
Gestão Ambiental:	Zona de Amortecimento e Impacto de Loteamentos: Este tema emerge como central nas discussões do Conselho, evidenciando a grande preocupação com a vulnerabilidade do PEMS à pressão urbana. As atas, especialmente as de 2023, detalham os debates sobre o Loteamento Mandela, localizado na zona de amortecimento, e as tentativas do Conselho de minimizar os impactos da urbanização sobre a UC.
	Drenagem: A questão da drenagem e seus impactos no PEMS ocupa espaço significativo nas atas. O sistema de drenagem na Rua Marques de Herval, próximo ao Parque, gera preocupações por conta da lixiviação na Trilha do Lobo, os alagamentos têm causado danos a UC e existe a necessidade de medidas mitigadoras.
	Regularização Fundiária e Conflitos com Proprietários: A necessidade de regularização fundiária da área do parque e os conflitos com proprietários rurais também são mencionados nas atas. A demarcação da UC e a construção de cercas, para evitar a invasão no PEMS, geram discussões sobre a necessidade de diálogo e ações para garantir a integridade do PEMS.
Uso Público:	Elaboração e Implementação do Plano de Uso Público: A necessidade de um Plano de Uso Público para o PEMS é recorrentemente apontada nas atas. A ausência de um plano que regule as atividades, o acesso e a infraestrutura do parque é vista como um desafio para a gestão da UC.
	Eventos e Atividades: A realização de eventos no PEMS, como o "Dia do Parque", é mencionada nas atas. No entanto, as descrições são geralmente superficiais, sem detalhamento dos objetivos, público-alvo ou resultados alcançados.
Conservação da Biodiversidade:	Monitoramento da Fauna: As atas registram a realização de pesquisas científicas no PEMS, com destaque para o monitoramento da população de antas. Esses registros indicam o valor da UC para a pesquisa e o acompanhamento da biodiversidade.
	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais: As medidas de prevenção e combate a incêndios florestais também são discutidas nas atas, especialmente durante períodos de seca. As ações preventivas e as intervenções em caso de incêndios demonstram a preocupação com a proteção dos ecossistemas do PEMS.
	Participação do Conselho Consultivo: As atas demonstram a atuação proativa do Conselho Consultivo nas discussões, deliberações e tomadas de decisão sobre a gestão do PEMS. A composição diversificada do Conselho, com representantes da comunidade, ONGs, órgãos



Gestão Participativa/Compartilhada	governamentais e instituições de pesquisa, contribui para uma gestão mais participativa e democrática.
	Diálogo com a Prefeitura Municipal de Campo Grande: A interlocução com a Prefeitura Municipal de Campo Grande é frequente, principalmente em relação à gestão da zona de amortecimento, à resolução de problemas de drenagem e à regularização de loteamentos.
	Parcerias com Instituições: As atas mencionam a colaboração com universidades, institutos de pesquisa e o IBAMA em projetos de pesquisa, monitoramento da fauna e ações de educação ambiental.
Eventos Pontuais:	Educação Ambiental: As atas registram a realização de eventos no PEMS com atividades de educação ambiental, como trilhas interpretativas e oficinas. No entanto, as informações sobre esses eventos são limitadas, sem detalhamento de seus objetivos, público-alvo e resultados.

Fonte: Organizado pelos autores da pesquisa, 2024.

A gestão ambiental no PEMS apresenta uma dinâmica complexa, permeada por interesses diversos, desafios e calcada na busca por práticas eficazes para garantir a conservação da biodiversidade em um contexto urbano. As atas do Conselho Consultivo do PEMS revelaram a interação entre os diferentes atores sociais e os processos de tomada de decisão que moldam a gestão da UC, o que significa, na prática, uma gestão com intencionalidade efetiva de um modelo participativo. Esse cenário permite condições ao devido estabelecimento do controle social e ações mais permanentes e consistentes de conservação e preservação ambiental (Souza & Miranda 2025).

A análise das atas corroborou a existência de boas práticas que contribuem para a efetividade da gestão ambiental do PEMS como, a composição do Conselho Consultivo, que conta com representantes da comunidade do entorno, órgãos governamentais, ONGs e instituições de pesquisa, assegurando desta forma a participação de diferentes atores com perspectivas e interesses diversos. Para sanar as dúvidas relacionadas sobre os critérios para a escolha dos conselheiros, buscou-se as diretrizes do SNUC, pois não se obteve o regimento interno do Conselho para tal esclarecimento. Entretanto, o decreto nº 4.340/02, Brasil (2002), que normatiza o SNUC, em seu Artigo 17º concebe que é de responsabilidade da administração da área protegida indicar nomes para compor o conselho, em conformidade com o decreto,

§ 1º A representação dos órgãos públicos deve contemplar, quando couber, os órgãos ambientais dos três níveis da Federação e órgãos de áreas afins, tais como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, paisagem, arquitetura, arqueologia e povos indígenas e assentamentos agrícolas;

§ 2º A representação da sociedade civil deve contemplar, quando couber, a comunidade científica e organizações não-governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, população residente e do entorno, população tradicional, proprietários de imóveis no interior da unidade, trabalhadores e setor privado atuantes na região e representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica.



§ 3º A representação dos órgãos públicos e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível, paritária, considerando as peculiaridades regionais. [...]

§ 5º O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público. [...] (Brasil, 2002).

A participação de especialistas como: professores do curso de Geografia da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, representante da prefeitura, setor do turismo, IBAMA, IMASUL e representantes da comunidade, como: comerciantes e moradores do entorno participaram das reuniões do conselho. Demonstrando, assim não somente a relevância de se integrar o conhecimento técnico-científico com os saberes locais (IMASUL 2021), mas também como a própria UC pode se revelar como território estratégico para produção do conhecimento, diálogo e transformação socioambiental (Sereia et al. 2025). Essa abordagem, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2004), se alinha com a perspectiva da Ecopedagogia, contribuindo para a construção de soluções mais adequadas à realidade das áreas protegidas.

Tal diversidade é fundamental para a legitimidade das decisões e para a construção de uma gestão mais democrática, é validada por autores como Maganhotto et al. (2014), que destacam a importância da participação social na gestão de UC. A participação da comunidade local é fundamental para garantir que a gestão do PEMS leve em consideração os interesses e as necessidades da população que vive no entorno da UC. A presença de representantes de órgãos governamentais assegura a articulação entre a gestão do parque e as políticas públicas em nível municipal e estadual. As ONGs e as instituições de pesquisa trazem expertise técnica e científica para as discussões, contribuindo com a tomada de decisão embasada no conhecimento científico e legal (Videira 2024; Santana et al. 2020; Bresolin et al. 2010; MMA 2004).

As discussões registradas nas atas são sobre temas relevantes para a gestão do PEMS, como: o Plano de Manejo, as atividades permitidas, a infraestrutura e os impactos ambientais causados a UC. A transparência dos debates e a busca por soluções conjuntas entre os membros do Conselho reforçam a importância do diálogo aberto na gestão ambiental, convergindo com as ideias de autores como Layrargues (2006), que defendem a importância da participação e da construção de consensos na gestão ambiental.

Apesar das boas práticas, a gestão ambiental no PEMS enfrenta desafios significativos, como foi o caso da implantação do loteamento na Zona de Amortecimento do PEMS, que gerou conflitos entre os atores envolvidos. A divergência entre o proposto pelo loteamento e a legislação ambiental ilustra os desafios na mediação de interesses e na busca por soluções que conciliem o desenvolvimento urbano com a conservação ambiental. Sammarco (2005) aborda a complexidade dos conflitos socioambientais em UC, reforçando a necessidade de mecanismos eficazes de diálogo e negociação.

A capacidade de resposta do Conselho a esses desafios é fundamental para a efetividade da gestão ambiental. Yin (2001), em seus trabalhos sobre estudos de caso, destaca a importância da flexibilidade e da adaptação na pesquisa e na análise de situações complexas. A gestão ambiental no PEMS se baseia na busca por soluções compartilhadas entre os diferentes atores envolvidos. A construção de consensos e a corresponsabilidade na gestão, conforme defendido por autores como Maganhotto et al. (2014) e Sammarco (2005), são necessários para a sustentabilidade do Parque.

Segundo Sauvé (2004), a EAC procura analisar as dinâmicas sociais que estão na base das problemáticas ambientais, incluindo as rela  es de poder, as inten  es, posi  es, argumentos e valores dos diferentes atores envolvidos, para que haja a transforma  o de realidades. Deste modo, ao refletirmos pela   tica da EAC a respeito da afirma  o de que, apesar das boas práticas, a gestão ambiental no PEMS enfrenta desafios significativos, como a implanta  o de um loteamento em sua Zona de Amortecimento, que gerou conflitos e



oportuniza uma reflexão coletiva com os atores envolvidos, que inclui o parque e os seus arredores. Infelizmente nas atas não foi concluída a narrativa referente aos desdobramentos que se teve sobre a implementação do loteamento. Haja vista, que os conselheiros votaram na paralisação e na realização do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que deveria ser feito para se determinar Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) que a instalação desse empreendimento causara na UC. Mas como se trata de um conselho consultivo o poder de decisão é restrito e não abarca todas as dimensões da gestão ambiental participativa.

Desta maneira, a EAC busca não somente empoderar os atores sociais para a participação na gestão ambiental, mas também problematizar os desafios enfrentados, com vistas à transformação social e à construção de sociedades mais justas e sustentáveis (Choe & Mario 2023). Ressaltamos que a EAC não oferece soluções prontas, mas sim a construção, coletiva, para o enfrentamento dos desafios socioambientais (Loureiro & Cunha 2008).

De forma sucinta foram registrados nas atas algumas ações e encaminhamentos decorrentes das discussões do Conselho, como a elaboração de documentos, a realização de vistorias técnicas, a comunicação com a Prefeitura Municipal e o encaminhamento de questões ao IMASUL. Evidenciou-se nas atas, a preocupação do Conselho com a ocupação da Zona de Amortecimento do PEMS e seus impactos na UC. Revelando assim, alguns dos desafios enfrentados na gestão do PEMS, como a falta de recursos, a necessidade de um Plano de Uso Público voltado para o desenvolvimento de atividades referentes a EA, sensibilizando a comunidade e os visitantes a respeito da pressão em decorrência da urbanização no entorno da UC e a ocorrência de eventos que impactam o meio ambiente. Desta forma, fica eminente a demanda da possibilidade da instrumentalização da EAC como um processo, uma vez que permearia toda a gestão do parque (Battaini et al. 2024). Outro impacto ambiental presente nas atas do conselho do PEMS é a drenagem inadequada no entorno do PEMS, que vem causando problemas na bacia de contenção, por conseguinte ocasiona erosão na trilha, além dos estragos nas cercas do Parque., evidência ser imprescindível as ações conjuntas com a Prefeitura de Campo Grande, para mitigar os impactos ambientais negativos na UC. O Plano de Manejo do PEMS (IMASUL 2021), ressalta a importância da integração entre a gestão da UC e o planejamento urbano para a sustentabilidade do Parque.

A 1ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PEMS referente ao triênio 2019-2021, ocorrida no dia 18 de setembro de 2019, momento em que os novos conselheiros foram empossados, o gerente de unidades de conservação do Imasul, ressaltou a importância da atuação dos conselheiros nos processos decisórios do Conselho Consultivo e, por conseguinte na UC.

O Plano de Manejo do PEMS (IMASUL 2021), reconhece a importância do uso público como ferramenta para a conservação da UC e para o bem-estar da sociedade. O Plano de Uso Público está integrado ao Plano de Manejo por meio de um programa específico, que visa ordenar e promover atividades recreativas, educativas e de lazer em contato com a natureza.

Portanto, A participação do Conselho Consultivo do PEMS, vem para somar com a gestão da unidade e com a implementação do Plano de Uso Público. As palavras-chave relacionadas à EA se limitam a menções pontuais a eventos e atividades, como é o caso do evento "*Um Dia no Parque*", sem aprofundar a discussão sobre seus objetivos e resultados.

O evento "*Um Dia no Parque*" é um exemplo de como o Plano de Uso Público pode ser utilizado para aproximar a comunidade do PEMS. O evento ofereceu atividades como: trilhas guiadas, corridas a pé e de bicicletas, dança, yoga, observação de aves, pintura facial para crianças, esculturas de balões e lanches, proporcionando experiências significativas em contato com a natureza. Essas ações demonstram o compromisso do Conselho com a sensibilização e a conscientização ambiental, corroborando a importância da EA como instrumento da gestão ambiental (Bresolin et al. 2010; Torres & Oliveira 2008). De acordo com o



IMASUL (2024), o evento "*Um Dia no Parque*", aconteceu no dia 31 de julho de 2022 e nos dias 22 e 23 de julho de 2023, no PEMS. Este evento faz parte de uma campanha nacional, que tem como meta incentivar as famílias e comunidades a visitarem e explorarem as UCs em todo o Brasil. Sensibilizando os visitantes sobre os benefícios do contato com a natureza, especialmente para as crianças. É promovido pela Coalizão Pró-UCs, grupo de entidades que atuam na defesa e na valorização das UCs, como o WWF-Brasil e a Fundação SOS Mata Atlântica (WWF-Brasil 2024).

Quadro 3 - Programa de Uso Público e Educação Ambiental do PEMS

Objetivo	Estabelecer e ordenar as atividades de recreação, lazer e práticas esportivas, de forma a proporcionar aos visitantes a oportunidade de compreender o meio ambiente e suas inter-relações na UC, transmitindo conhecimentos e valores do patrimônio natural e cultural da área.
Diretrizes	O programa busca promover a compreensão da importância do PEMS, a satisfação dos visitantes, a racionalização das atividades, a integração do parque no contexto educacional regional, a inclusão do PEMS nos roteiros turísticos de Campo Grande e a ampliação e diversificação do uso público.
Atividades	Elaborar o Plano de Uso Público e Educação Ambiental do PEMS, definindo atividades e normas para os diversos públicos. Regulamentar as atividades já existentes e as que serão propostas no Plano de Uso Público. Formalizar um Termo de Cooperação com a Polícia Militar Ambiental para o desenvolvimento do Projeto Florestinha, que realiza atividades socioeducativas com crianças e adolescentes. Realizar estudos de capacidade de suporte das trilhas e capacidade de carga turística da UC. Implementar a condução de visitantes no PEMS. Implementar novos roteiros, produtos e serviços.

Fontes: Organizado pelos autores com base no Plano de Manejo (IMASUL 2021).

A revisão do Plano de Manejo mencionada na ata de 2019 destaca a importância desta verificação, estando em convergência com as diretrizes do Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo do IBAMA e ICMBIO, de acordo com o Plano de Manejo do PEMS (IMASUL 2021). A ênfase na participação da comunidade na revisão do Plano de Manejo se alinha aos princípios da gestão participativa, como discutido em Loureiro e Cunha (2008) e em Silva e Salvio (2022). Este é outro ponto que merece uma análise de aproximação sobre a gestão de UC e o potencial de contribuição EAC. Araújo e Affonso (2022) exemplificam que muitas vezes a falta ou a superficialidade da Educação Ambiental em ações efetivas das UC's é um processo que advém da inabilidade dos próprios educadores ambientais inserirem os princípios da EAC enquanto participam da elaboração dos Planos de Manejo. Ou seja, somente a participação da comunidade não é o suficiente para garantir as contribuições da EAC, como instrumento de gestão ambiental.

Por conseguinte, as atas registram as decisões encaminhadas pelo Conselho Consultivo, mas em muitos momentos deixou de trazer informações suficientes para avaliar a efetividade de sua implementação. Em alguns casos, as atas mencionam o encaminhamento de ofícios, a realização de vistorias ou a solicitação de informações a órgãos competentes, mas não há um acompanhamento sistemático dos resultados e devolutivas provenientes dessas ações, nas atas.



O PEMS tem sido um espaço para a realização de pesquisas científicas, com destaque para a área de monitoramento ecológico. Um exemplo é a pesquisa sobre antas, conduzida pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Essa pesquisa, utiliza métodos de monitoramento para investigar a população de antas na área do parque, fornecendo dados importantes para a conservação da espécie. Destacamos que as Atas do Conselho Consultivo não detalham os resultados ou metodologias específicas da pesquisa, as informações se limitam em mencionar a existência da pesquisa. Portanto, evidencia-se que há demanda por estudos de cunho socioambientais, os quais se encaixam pesquisas sobre EA.

Identificamos que a prática da EA está restrita a eventos pontuais. Nas atas foi mencionada a necessidade de divulgar informações sobre o PEMS e no Plano de Manejo, objetivando sensibilizar a comunidade, o que se conecta com os objetivos da Educação Ambiental em Unidades de Conservação, conforme Campelo Junior et al. (2020) e Witt et al. (2013). Ainda assim, esta análise pode ser uma evidência da relevância da implementação mais contínua da EA, que pode ter o Plano de Manejo como eixo estruturador, o que auxiliaria o conselho consultivo no alcance dos objetivos de gestão do Parque (Ferreira & Rodrigues 2025).

Deste modo, entendemos que as atas do Conselho Consultivo do PEMS são documentos importantes e que nos permitiu acompanhar uma das interfaces administrativas da UC, bem como a EA emergiu nas discussões de gestão.

Considerações Finais

Concluimos com este trabalho que as atividades desenvolvidas no PEMS disseminam a EA preservacionista. Essas atividades ampliam o acesso à informação sobre a UC e, por conseguinte, há um aumento da participação social no PEMS (em decorrência dos eventos pontuais). Embora, a gestão ambiental do PEMS, possua avanços na participação social e na busca por soluções conjuntas, ainda há espaço para profusão e disseminação da Educação Ambiental em uma perspectiva crítica e/ou transformadora.

A análise das atas do Conselho Consultivo vem a ser, um ponto de partida para reflexões e propostas que fortaleçam a EA na gestão ambiental do PEMS. As atas evidenciaram uma variedade de temas discutidos pelos conselheiros, como: a revisão do Plano de Manejo; a ocupação da Zona de Amortecimento com a construção do loteamento próximo a UC; e a realização de eventos no Parque. Nossas reflexões vão ao encontro do fortalecimento do Plano de Uso Público, mais efetivo e que proponha atividades que agucem a criticidade de seus visitantes e sensibilizem os cidadãos para que de fato busquem soluções realistas, viáveis, coerentes e que são necessárias para o equilíbrio e conservação da biodiversidade na UC.

Os impactos negativos referentes a drenagem no entorno do parque, as invasões e estiagem (época em que há o aumento de incêndios na unidade) são temas importantes ligados a estrutura física do PEMS, política, cultura, economia, entre outros, requerem soluções complexas e pensadas pelo maior e mais variado grupo de cidadãos para que de fato sejam efetivas e justas para todos os envolvidos. Portanto, discutir questões complexas durante as visitas, nos eventos e nas reuniões é fundamental, para a formação de cidadãos críticos.

De fato, o PEMS apresenta grande potencial para se consolidar como um EES, e podendo futuramente contribuir para a formação de cidadãos críticos e engajados na proteção do meio ambiente. Visou-se, não apenas tratar da crise ambiental existente, mas de fato trazer a reflexão da importância do parque e também incentivar ações assertivas, coerentes e justas para o meio ambiente. Almejando com as reflexões abordadas no decorrer do texto dar ensejo a relação mais harmoniosa entre a sociedade e a natureza.

Portanto, a formulação conjunta e multidisciplinar de soluções/atividades viáveis e que de fato atendam as características do PEMS, visando a disseminação da EA, vem para corroborar com a formação de cidadãos críticos e atuantes na construção de uma cidade sustentável e justa para todos. Atentando que a localização da



UC em área urbana facilita o acesso da população e amplia as possibilidades de realização de atividades educativas, além das atividades recreativas na perspectiva crítica e transformadora.

Referências Bibliográficas

Andrade FAV, Lima VTA. 2016. Gestão participativa em unidades de conservação: uma abordagem teórica sobre a atuação dos conselhos gestores e participação comunitária. *Revista Eletrônica Mutações* 7 (13): 21-40.

Araujo M, Affonso ALS. 2022. Análise da participação social na elaboração de planos de manejo em unidades de conservação, sob a óptica da educação ambiental. *REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental*, 39(2), 243-261.

Bardin L 2016. *Análise de Conteúdo*. 70ª ed. Lisboa, 118pp.

Battaini V, Machado R, Andrade RMH. 2024. Educação Ambiental crítica e conservação da biodiversidade: reflexões iniciais nas unidades de conservação do Amazonas. *Revista Cocar* 20(38): 1-20.

BRASIL 2022. Decreto federal nº 4.340. 22 de agosto de 2002.

Bresolin A, Zakrzewski SBB, Marinho JR. Percepção, Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Um Estudo no Parque Estadual de Espigão Alto – Barracão/RS – Brasil. *Perspectiva* 34(128): 103-114.

Campelo Junior MV 2021. *A Educação Ambiental na Construção de Espaços Educadores Sustentáveis: Viabilidade, Desafios e Gestão em Unidades de Conservação*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 157pp.

Campelo Junior MV, Valverde LHO, Da Silva LE, Siqueira JFR 2020. Unidades de conservação como espaços de diálogos para a educação ambiental crítica. *Revista Pantaneira* 18 (ed especial): 93-103.

Chizzotti A 2006. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Vozes, Petrópolis, 234pp.

Choe JFC, Mário RF. 2023. O papel da Educação Ambiental para o alívio da pressão sobre os recursos naturais na Reserva Especial de Maputo. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* 18(3): 51-76.

Dilascio KS, Rossi CB; Sinisgalli PAA 2023. Técnica de Análise da Participação Social em Conselhos: Operacionalizando Conceitos. *Revista de Administração Contemporânea* 27(1): 1-17.

Esquinsani, RSS 2007. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *Revista: Educação Unisinos* 11(2): 103-110.

Faria HH, Pires AS 2013. Implicações dos Conselhos Consultivos na gestão de Unidades de Conservação. *Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista* 9(3): 33-53.

Ferreira, IM, Rodrigues K. 2025. Educação Ambiental nos Instrumentos de Gestão do Parque Nacional do Iguaçu. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* 20(8): 108-127.



IMASUL. "Um Dia no Parque." Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/um-dia-no-parque-imasul-realiza-atividades-especiais-em-unidades-de-conservacao-estaduais-neste-fim-de-semana/>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

IMASUL 2021. *Plano de Manejo Parque Estadual do Segredo: Encarte I*. Campo Grande. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Plano-de-Manejo-PEMS.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

Layrargues PP 2006. A crise ambiental e suas implicações na educação. In *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*, 3 ed. Coleção Meio Ambiente. Série Educação Ambiental, organizada pelo IBAMA. 159-196pp.

Layrargues PP, Lima GFC 2014. As Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. *Ambiente & Sociedade* 17(1): 23-40.

Loureiro CFB, Cunha CC 2008. Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação. *Revista Práxis* 1(35): 35-42.

Loureiro CFB, Cunha CC 2008. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade* 11(2): 237-253.

Loureiro CFB, Saisse MV, Cunha CC 2013. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 28: 57-73.

Maganhotto RF, Santos LJ, Nucci JC, Lohmann M, Souza LCP 2014. Unidades de Conservação: limitações e contribuições para a conservação da natureza. *Sustentabilidade em Debate* 5(3): 203-221.

Marques AC, Nucci JC 2007. Planejamento, Gestão e Plano de Manejo em Unidades de Conservação. *Revista Ensino e Pesquisa* 4: 33-39.

Melo MRS, Guedes NM, Souza CC 2016. Percepção e valoração ambiental do Parque Estadual Matas do Segredo em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. *Revista Brasileira de Geografia Física* 9(5): 1513-1528.

MMA 2004. *Identidades da educação ambiental brasileira* / Ministério do Meio Ambiente. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 156pp.

Palma LT 2004. *A Implementação do Parque Estadual Matas do Segredo como Oportunidade de Desenvolvimento Local para as Comunidades Circunvizinhas*. Dissertação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 195pp.

Pereira KAO, Campelo Junior MV, Faria RR 2022. Ações de Educação Ambiental do Parque Estadual Matas Do Segredo da Cidade de Campo Grande-MS. *Geofronter* 8: 1-22.

Quintas JS 2008. *Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico crise ambiental ou crise civilizatória?*. ICMBIO, Sobradinho-DF, 31pp.



- Ribeiro KO 2005. *Ação Coletiva, Conselho Consultivo e Gestão: Um Estudo na Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira*. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, 119pp.
- Rodrigues LM, Campanhão LMB, Bernardi YR 2018. Tendências Político-Pedagógicas de Educação Ambiental em Unidades de Conservação: O Caso dos Parques Estaduais. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* 13(1): 192-212.
- Sammarco YM 2005. *Percepções Sócio-Ambientais em Unidades de Conservação: O Jardim de Lillith?*. Dissertação (Engenharia Ambiental), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 211pp.
- Santana VV, Santos PR, Barbosa MV 2020. Contribuições do Plano de Manejo e do Conselho Gestor em Unidades de Conservação. *Revista Meio Ambiente* 2(2): 18-29.
- Sauvé L 2005. Uma cartografia das Correntes em educação ambiental. In: M SATO; ICM. Carvalho (org.). *Educação Ambiental*. Porto Alegre: Artmed. 17-45pp.
- Sereia DAO, Arnhold ACL, Zamproga M, Rodrigues K. 2025. Educação Ambiental Crítica e processos formativos no entorno do Parque Nacional do Iguaçu: a experiência do Projeto FOPEA. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* 20(8): 171-183.
- Silva LM, Salvio GMM 2022. Mosaicos de Unidades de Conservação Federais da Mata Atlântica: Analisando suas Efetividades por Meio dos Membros do Conselho Consultivo. *Revista Tecnologia e Sociedade* 18(52): 38-68.
- Silva MSF, Anunciação VS. 2023. Estratégias de educação ambiental para a gestão participativa: experiências em unidades de conservação, Brasil. *Geo UERJ* 43:1-27.
- Simão LG 2014. *Estudo da gestão do Parque Estadual de Vassununga - SP: a retomada do conselho consultivo e as questões do entorno*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Ourinhos. Ourinhos-SP, 75pp.
- Souza OACMB, Miranda GCZ. 2025. Gestão Municipal de Unidades de Conservação no Cerrado: desafios e potencialidades. *Humanidades e Tecnologia (FINOM)* 63(1):101-111.
- Torres DF, Oliveira ES 2012. Percepção Ambiental: Instrumento Para Educação Ambiental em Unidades de Conservação. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* 21: 227-235.
- Valenti MW, Oliveira HT, Dodonov P, Silva MM 2012. Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Políticas Públicas e a Prática Educativa. *Educação em Revista* 28(1): 267-288.
- Videira JAM 2024. *Políticas de Áreas Protegidas como Ferramentas de Desenvolvimento: Avaliação de Impacto Fiscal dos Parques em Nível Municipal*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 238pp.
- Witt JR, Loureiro CFB, Anello LFS 2013. Vivências em educação ambiental em unidades de conservação: caminhantes na trilha da mudança. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* 30(1): 83–101.



WWF-Brasil. "Um Dia no Parque." Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?86321/Campanha-Um-Dia-No-Parque-estimula-o-contato-de-criancas-com-a-natureza-em-visita-as-UCs>. Acesso em: 21 de out. de 2024.

Yin RK 2001. *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 105pp.